

A COLONIZAÇÃO DO BRASIL: MARCAS DE DOR E RESISTÊNCIA

Cada um sabe a dor e a beleza de ser o que é.

CAETANO VELOSO

O 21 de abril do ano de 1500 marca o dia da origem. Tudo começou quando o português Pedro Álvares Cabral, em empreitada lusitana do mercantilismo no além-mar, aportou nas praias da Bahia, um 'porto seguro' em meio à aventura marítima do capital mercantil no século XVI. A lírica portuguesa sempre dizia que aquilo tinha significados de outra monta que não o exclusivo interesse por tudo quanto pudesse ser transformado em ouro. Pois que "tudo vale a pena, se a alma não é pequena"...

Ainda hoje, simbolizamos desejo para muitos comuns lusitanos, embora depois como um sonho perdido. Guardaram na lembrança a lição de seu rei fugitivo ao filho, que se fez imperador: "Pedro, toma esta coroa antes que algum aventureiro a leve". Mas para nós outros, os habitantes de antes, tratava-se de rolarmos de mão em mão, ao sabor das disputas que aconteciam no lado temperado do mundo.

E o local do começo ficou sendo denominado Porto Seguro.

Em volta era a grande terra, terra continental como se diz, da futura nação brasileira, em homenagem à qual o Imperador nos

MARIA NEYARA DE OLIVEIRA ARAÚJO

RESUMO

Texto exposto na Mesa Redonda: «*Histoire et identité – le Brésil comme société hyper complexe. Violence des rapports sociaux et cordialités des relations humaines*», por ocasião das comemorações em homenagem ao Brasil, em abril de 2000, na Université Lumière Lyon II, França. O texto aborda, de modo sucinto, as manifestações ocorridas na poética, na ciência e na política, que puderam expressar a tensão entre a dor e a resistência no processo de transformação da colônia portuguesa em nação brasileira. Apresentado para uma platéia européia, composta sobretudo de franceses e portugueses, acabou gerando um acalorado debate – (agressivo, aliás) – sobre o colonialismo, em que, mesmo sem esse intuito, os presentes não conseguiram deixar de expressar posições de ataque e defesa. As subjetividades (de colonizadores e de colonizados?) falaram mais alto do que se poderia esperar. Ou talvez não.

• Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

ofertou um canto que entoamos orgulhosos e confiantes:

"Dos filhos deste solo és mãe gentil, pátria amada Brasil". Tudo com tamanha paixão que sempre nos dizemos uns aos outros: "qual é o brasileiro que não se arrepiava de emoção quando canta e ouve cantar o hino nacional?"

Porém, no seio de uma terra-mãe tão amorosa, com tanto viço e juventude, desde então, nos anos e nos séculos seguintes, seus filhos foram condenados a percorrer, palmo a palmo, o chão das sesmarias em busca de uma pequena parte que fosse onde deitar

qualquer raiz. Um filho entre os mais novos, Chico Buarque de Holanda, com a alma doendo de ver tanta peregrinação, fez versos rudes, com um refrão feito um açoite, quando percebeu que todos não teriam direito a muito mais que sete palmos onde cavar a sepultura:

"É a terra que querias ver dividida.
É a parte que te cabe deste latifúndio".

Tantos deserdados, e tudo tão dramático, que anos e anos depois, um grito de guerra se ouviu: "Terra para quem nela trabalha!". E como uma veia d'água descendo da fonte em busca de seu destino natural, os filhos foram se juntando um a um, chamaram Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e tomaram uma decisão irrevogável: “Ocupar! Resistir! Trabalhar!”. As imagens fotográficas desse heróico resgate vêm sendo mostradas no mundo inteiro por Sebastião Salgado, que diz: “O MST é o movimento do antiabsurdo”.

O absurdo é uma violência de morte no interior da sociedade brasileira moderna, que os números demonstram sem deixar nenhuma dúvida, dados de uma nação cruelmente desigualitária, revelando os extremos inconcebíveis de sua realidade sócio-econômica: 92% do Produto Interno Bruto concentram-se nas mãos de 2% de indivíduos e grupos; inversamente, apenas 8% do PIB são distribuídos entre 98% da população!

Que identidade será possível construir e conservar entre estes dois extremos tão absolutos?

Pior para nós que, atordoados por este cenário degradante, perguntamos aos nossos pais, e aos pais de nossos pais, agora sem rei e sem coroa: quem é o colonizador? quem é o colonizador? quem é o colonizador?

Naquele ano de 1500, o frei Henrique do Salvador, que naturalmente acompanhava a fragata portuguesa – (pois que a ‘fé’ e o ‘capital’ desde então já viajavam juntos) – celebrou a primeira missa, em língua latina, para um bando de indígenas que, sentados aos pés do altar, muitos de costas para o mesmo, cata-vam-se distraidamente os piolhos. Foi também quando surgiu a primeira página escrita no Brasil, esta em língua portuguesa (pois que os autóctones eram iletrados, como se diz do ponto de vista civilizado), uma carta do escrivão Pero Vaz de Caminha dizendo ao seu rei: “Naquelas terras, em se plantando, tudo dá”.

Após o ato inaugural, evidentemente, a língua nativa foi proibida e a religião católica apostólica romana imposta.

Anos e anos depois, quando as crianças brasileiras começaram a frequentar a escola, logo seus mestres ensinaram, e ensinam até hoje, que “a nossa unidade, a unidade da nação brasileira, se deve à unidade de dois fatores: a língua e a religião”. Eu mesma, quando

menina, me senti muito orgulhosa de meu país ao aprender isso. E talvez tenha sido só quando completávamos os 400 anos, nos albores do século XX, é que pudemos começar a compreender o significado real de tudo isso, magnificamente representado no verso do poeta modernista brasileiro, Oswald de Andrade, denominado *Erro de português*:

“Quando o português chegou,
debaixo de bruta chuva,
vestiu o índio.
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
e o índio teria despido o português...”

Outros poetas mais antigos, como o baiano Gregório de Matos, ainda no século XVII, voltaram sua poesia cortante para a crítica da colonização. Em ‘Sátira’ ele pede guarda à Deus contra a hipocrisia e a arrogância, marcas que configurarão o ‘padrão autoritário’ da cultura política em formação naquelas condições históricas:

“Do que passeia farfante,
Muito prezado de amante,
Por fora – luvas, galões,
Insígnias, armas, bastões;
Por dentro – pão bolorento:
Anjo bento!
Que vejamos teso andar
Quem mal sabe engatinhar
Muito inteiro e presumido,
Ficando o outro abatido,
Com maior merecimento:
Anjo bento!”

Mas a poesia é naturalmente dotada do maravilhoso poder de síntese e antecipação das eras. Só muito depois é que pudemos formular um pensamento reflexivo sobre a sociedade brasileira e sua história, olhando-as a contrapelo, de modo a poder explicar o surgimento da política para aqueles sujeitos destituídos de suas almas e de suas falas, desde o primeiro dia da Colônia. Política esta que só poderá nascer a fogo e a ferro, como

pode ser demonstrado pela interminável lista dos assassinatos e das variadas formas de esquarteramento de tantos ‘mártires da independência’, em que o nome de Tiradentes ocupará o primeiro lugar, e Chico Mendes não terá ocupado o último.

À posse aniquiladora dos primeiros habitantes, indígenas, seguiu-se a imposição do trabalho escravo aos homens negros arrancados da África e acorrentados, sem lei e sem apelo, à ordem não coetânea do capitalismo colonial brasileiro. É quando outra vez ouvimos o grito da poesia, desta vez a denunciar o horror do “Navio Negreiro”, nos dramáticos versos de Castro Alves:

“Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Oh mar, porque não apagas
Com a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...”

Aí já era também o tempo das ciências sociais no Brasil. O historiador Caio Prado Júnior perceberá o significado histórico da simultaneidade do escravismo e do capitalismo como sendo a base estrutural monstruosa para a de-formação da sociedade brasileira. Rígida e extremista, o Senhor de um lado e o Escravo de outro, que dialética poderia tornar-se possível? Entre os dois extremos, o vazio preenchido unicamente pela intimidade astuciosa do ‘homem cordial’, na expressão de Sérgio Buarque de Holanda. Astúcia que era, de fato, o horror das distâncias, ou o signo do não reconhecimento da alteridade, das distintas proibições que anularam toda possibilidade de uma experiência subjetiva liberal, como interpreta Francisco de Oliveira.

Aí, então, já não podíamos mais ter dúvidas quanto à identificação dos novos e no-

vos e novos colonizadores. E, pobre gente brasileira, que ouviu outra vez uma ordem nefasta! Agora o presidente, dito democraticamente eleito, lhes dizia: “Rasguem essa sociologia que os explica!”. E tal como o filho do rei, à maneira mais moderna – agora pela via parlamentar – tomou para si a constituição republicana: oferecendo favores e privilégios, fez promulgar a continuidade de seu mandato para o total de uma década. Este atende pelo nome de Fernando Henrique Cardoso.

Pois fôssemos sempre obedecer, os mandarins da nova-velha-falsa-república continuariam impunes por mais outra meia dezena de séculos.

Como vemos, os filhos da pátria amada, sempre a amaram, sim. Mas nunca deixaram de reconhecer, fosse pela poesia, fosse pela ciência, o amargor de sua história. A política, eles farão pela libertação.

Completando hoje seus 500 anos, a jovem mãe vive uma crise que questiona seu destino. Estaria inarredavelmente atada a uma tragédia de origem?

Não!

Neste ano 2000, continuamos teimando em criar maneiras de reconhecer e reagir à dor inicial. Hoje, somos muitos: índios, negros, migrantes, camponeses, assalariados, enfim, desapropriados de toda sorte, escravos de todos os tempos, miscigenados agora chamados de ‘o povo brasileiro’. E começamos a requerer a história por esta perspectiva, realizando a difícil tarefa de *instaurar a política*, como admissão e reconhecimento da fala, do corpo, dos símbolos, enfim, da ‘alteridade’ que todas as variantes da colonização querem negar. De longe podemos ouvir o canto forte de Milton Nascimento, o trovador das Minas Gerais:

“A História é um carro alegre
cheia de um povo contente
que atropela indiferente
todo aquele que a nega”.